



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
CEP: 36.970-000

LEI MUNICIPAL Nº 572/77, de 06 de junho de 1977.

Altera a incidência e a forma da arrecadação da taxa de iluminação pública, a partir de 01 de janeiro de 1978.

Faço saber que o Prefeito Municipal de Manhumirim, no uso de suas atribuições, e nos termos do art. 162, parágrafo III da Constituição do Estado de Minas Gerais, art. 59, parag. II da Lei Complementar nº 3 sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A taxa de iluminação pública, criada pelo código tributário deste município, tem como fato gerador a operação, manutenção e melhoramento do sistema de iluminação pública, e incidirá igualmente sobre cada prédio situado em logradouro serviços pela concessionária local no perímetro urbano.

Parágrafo único – Dez prédios citados neste artigo serão considerados como unidades autônomas, para efeito de cobrança da taxa, os apartamentos, salas comerciais ou não, lojas, sobre lojas, “boxes” e demais unidades em que o prédio for dividido.

Art. 2º. O valor mensal da taxa de que trata o artigo anterior será de Cr\$10,00 reajustável na base dos percentuais das alterações futuras das tarifas para iluminação pública, que vierem a ser fixadas pelo Governo Federal para a concessionária dos serviços de energia elétrica neste Município.

Art. 3º. Estão isentos da taxa os prédios ocupados órgão do governo federal, estadual, municipal, autarquias, a empresa concessionária dos serviços públicos de energia elétrica, templos de qualquer culto, partidos políticos e instituições de educação ou assistência social.

Art. 4º. O produto da taxa ora criada constituirá receita destinada a cobrir os serviços e dispêndios da municipalidade decorrentes da instalação, manutenção, operação e consumo de energia elétrica para iluminação pública, bem como para melhoria e ampliação dos mesmos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
CEP: 36.970-000

Art. 4º. A cobrança da taxa será feita pela Prefeitura Municipal, por intermédio da concessionária local para os serviços de energia elétrica, mediante convênio que disporá sobre a execução, pela mesma concessionária, das instalações e serviços de iluminação pública.

Parágrafo Único – Firmando o convênio a empresa concessionária contabilizará e recolherá mensalmente, já deduzido seu crédito relativo aos diversos fornecimentos de energia elétrica o produto da arrecadação, em conta vinculada, em estabelecimento bancário indicado pela Prefeitura Municipal, e fornecerá a esta, no decorrer do mês seguinte aquele em que se operou o demonstrativo da arrecadação.

Art. 6º. O lançamento e a arrecadação das taxas a que se refere esta lei serão realizadas, de acordo com suas disposições, a partir de 1º de junho de 1977, extinguindo-se a vigência aos artigos.

(Código Tributário Municipal),

Art. 7º. Ressalvando o disposto no art. Anterior, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Manhumirim, em 06 de junho de 1977.



Jorge Caetano dos Santos
Prefeito Municipal.